

Políticos fazem planos econômicos fracassar

■ Medidas ortodoxas ou heterodoxas, todas deram errado nos últimos 9 anos, sem conseguir equilíbrio entre receita e despesa

Até o final desta semana o governo Itamar Franco deve anunciar seu plano de estabilização da economia, visando a derrubar a inflação que há quase dois anos supera a casa dos 20% ao mês. Se confirmado o seu anúncio, este será o nono programa de estabilização dos últimos nove anos sem que o país tenha melhorado.

De lá para cá, o Brasil já teve nove ministros da Fazenda que tentaram todas as fórmulas para atacar a inflação — das mais conservadoras, como as dos ministros Mailson da Nóbrega e Marcílio Marques Moreira, às mais estapafúrdias, como o confisco dos cruzados novos realizado pela ministra Zélia Cardoso de Mello.

E por quê nenhuma dessas experiências deu certo? O ex-ministro Mailson da Nóbrega não tem dúvidas: a resistência dos políticos em entender que a única saída para o país é um grande ajuste fiscal, como os que foram feitos por México, Chile e Argentina.

Orçamento — A questão, como lembra Mailson, é que os políticos brasileiros insistem em fazer política na base do *é dando que se recebe*.

Por essa razão, se recusam a aceitar o fato de que a União não tem recursos para realizar as despesas que insistentemente colocam no orçamento.

Todas as tentativas de planos econômicos, de acordo com o economista Edmar Bacha, que participou da execução do Plano Cruzado, fracassaram quando esbarraram na questão política.

Ou seja, no momento em que a ordem é parar de gastar, as medidas econômicas afundam porque não encontram apoio político. O Plano Cruzado foi um exemplo típico dessa situação que ainda contou com o agravante da inexperiência dos autores do plano — os economistas Pêrsio Arida e André Lara Resende — que não tiveram força para enfrentar as pressões políticas.

Congelamento — No caso do Plano Verão, as chances de sucesso já tinham afundado antes mesmo de ser implantado. Mailson lembra que desde o primeiro semestre de 1988 ele e o então ministro do Planejamento, João Batista Abreu estavam preparando um plano para ser aplicado em janeiro de 1989, mês em que a demanda é mais baixa e a safra já está

definida. O plano previa um congelamento de preços, já que a inflação estava indo para a casa dos 25%, mas estabelecia uma forte contenção dos gastos públicos através de uma proposta de orçamento para 1989 bastante austera.

A aprovação da Constituição, no segundo semestre de 1988, porém, inviabilizou qualquer política de combate a inflação na medida em que transferiu uma enorme parcela de receitas da União para os estados e municípios, mas manteve sob responsabilidade do governo federal uma série de gastos que deveriam também ter sido transferidos para os estados e municípios. A saída tentada pelo governo Sarney, naquela época foi o



Bacha: fracassos têm motivos políticos

que se chamou operação desmonte, que era, na verdade, essa transferência de gastos para quem fosse executá-los. O Congresso, porém, rejeitou qualquer proposta nesse sentido. Resultado: os gastos da União se elevaram consideravelmente, sem o respectivo aumento de receita.

Déficit — Com isso, o déficit público aumentou, obrigando o Banco Central a colocar papéis no mercado para cobrir esse déficit, pagando juros cada vez mais altos, que acabaram por elevar a dívida pública para quase US\$ 100 bilhões. Isso quer dizer que os políticos, que hoje criticam as altas taxas de juros praticadas pelo BC, são os principais responsáveis por sua elevação, em razão da insistência em aprovar gastos no Orçamento Geral da União, sem a respectiva receita.

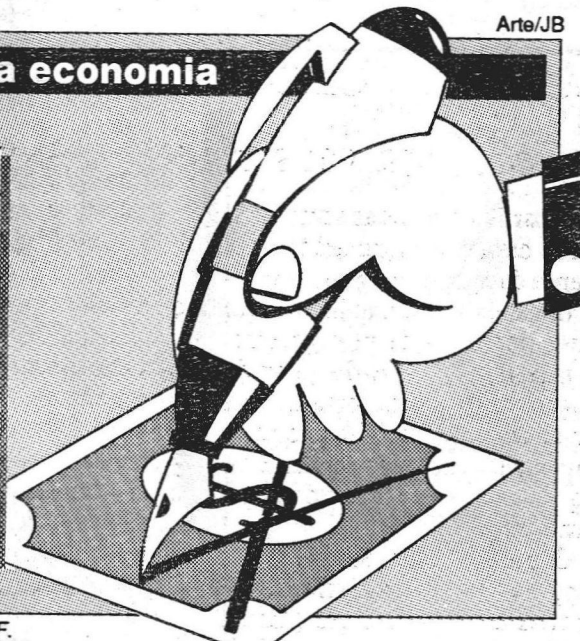
Mailson não esconde sua descrença na recuperação da economia enquanto não houver uma revisão constitucional que equilibre as despesas da União com suas receitas.

As interferências do governo na economia

Medidas adotadas entre 1981 e 1991

Espécie	Quantidade
Programas de estabilização	8
Políticas salariais	15
Controles de preços	54
Políticas cambiais	18
Propostas de renegociação da dívida externa	21
Índices de inflação diferentes	11
Congelamento de preços e salários	5
Determinação para corte de gastos	18

Fonte: pesquisa realizada pelo economista Ricardo Henriques, da UFF.



Arquivo